

Conservação da biodiversidade por meio da atividade extrativista em comunidades quilombolas

Biodiversity conservation by means of extractive activity in 'quilombola' communities

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi (BA) possui um fragmento de floresta onde estão localizadas as comunidades quilombolas de Jatimane e Boitaraca, que tem no extrativismo da piaçava a sua principal atividade de renda. Como um estudo sobre etnoconservação, foram realizados: levantamento de informações no Plano de Manejo; análise de carta topográfica e imagens de satélite; sobrevôo da floresta e coleta de fotos aérea e terrestres; entrevistas com moradores. Os resultados apontam que a floresta, apesar de ter sofrido interferência, se encontra em bom estado de conservação e que a atividade de extrativismo da piaçava desenvolvida pelas comunidades está diretamente ligada a este fato.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; Extrativismo; Comunidade.

ABSTRACT

The Environmental Protection Area (APA) of Pratigi (Bahia, Brazil) protects a large contiguous forest. Two quilombo communities, Jatimane and Boitaraca make their living by extracting fibers of the piaçava palm. With the objective of discovering the role of ethno-conservation, this study was a review of information found in the management plan; an analysis of the topographical map and satellite images; an over-flight of the forest for aerial/ground photos; and interviews with local residents. The results show that although the forest has suffered human exploitation, is in a good state of conservation and that this is the direct result of the extractive practices of the communities.

KEY WORDS: Conservation; Extractive Reserve; Community.

Eduardo Ditt

Doutor, Pesquisador Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Professor Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS).
Nazaré Paulista, SP, Brasil
eduditt@ipe.org.br

Zysman Neiman

Doutor, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
São Carlos, SP, Brasil
zysman@ufscar.br

Rogério Santos da Cunha

Mestre, Escola Superior de Conservação Ambiental (ESCAS) e Sustentabilidade, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).
Nazaré Paulista, SP, Brasil
rogitubera@gmail.com

Rui Barbosa da Rocha

Doutor, Escola Superior de Conservação Ambiental (ESCAS) e Sustentabilidade, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).
Nazaré Paulista, SP, Brasil
ruibarbosarocha@gmail.com

INTRODUÇÃO

A utilização desmedida e mal planejada dos recursos naturais tem contribuído ao longo dos anos para a degradação ambiental, com destaque para contaminação e redução da capacidade hídrica dos rios e o desmatamento que culmina na fragmentação das florestas, promovendo a modificação e redução do habitat natural de uma diversidade de formas de vida.

A Floresta Atlântica, dotada de uma diversidade de ambientes florestais e ecossistemas associados (Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos, entre outros), e detentora de um dos maiores índices de diversidade biológica do planeta, encontra-se fortemente ameaçado pelos constantes desmatamentos. Este Bioma, que antes cobria cerca de 15% do território brasileiro, com uma área aproximada de 1.306.421 km², começou a sofrer graves intervenções humanas, as quais a conduziram a degradação de cerca de 92% da sua cobertura florestal original (NEIMAN, 1989). Desta forma, hoje reduzida a 7,84% cerca de 102.000 km², a Floresta Atlântica encontra-se como o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do planeta, atrás apenas das florestas da ilha de Madagascar na África (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006).

O Estado da Bahia tem passagem inegável na história da Mata Atlântica, não só pelo fato de ter sido um dos primeiros pontos de colonização do Brasil, mais também por ter durante vários anos, sido o principal pólo de exploração madeireira, principalmente do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Dos seus iniciais 20.354.548 hectares (o

equivalente a quase 36% do território baiano), restam apenas 1.263.175 hectares, e isso representa somente cerca de 6% de sua cobertura original (BAHIA, 2000; CAMPANILI; PROCHNOW, 2006).

O sul do Estado encontra-se dividido em sub-regiões geográficas: Baixo Sul, Sul e Extremo Sul. Dentre estas a região do Extremo Sul foi a que apresentou os maiores índices de degradação, pois em apenas 52 anos os remanescentes florestais foram quase que totalmente dizimados. Já a Região Baixo Sul, localizada na porção central da costa do Estado, mesmo bastante agredida pela exploração madeireira, mantém até hoje, uma faixa territorial de grande relevância ambiental, por ainda manter significativos fragmentos de remanescentes de Floresta Atlântica, os quais integram ricos ecossistemas como fragmentos de florestas, manguezais e campos de restinga. Ante este quadro, ganha relevância a criação de áreas protegidas que garantam a perpetuação deste e de outros biomas para as gerações futuras.

O desmatamento praticado no Brasil, quando comparado com dados de outros países, coloca o país como um dos que menos destruiu suas florestas. Segundo Miranda (2007), o Brasil mantém cerca de 69,4% de suas florestas primárias e avançou, em relação percentual, de 9,8% do total de florestas mundiais para 28,3% desse total, devido aos desmatamentos em outros países. Esses dados reforçam o pensamento e responsabilidade a cerca da criação e manutenção de políticas que garantam a perpetuidade destes índices com vistas a manter o equilíbrio natural. Entre estas políticas, a criação de Unidades de Conservação (UCs) configura-se como um importante instrumento de planejamento da paisagem.

Pádua (1978, p.84) argumenta, no entanto, que

As primeiras Unidades de Conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas, como foi o caso do Parque Nacional de Iguaçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda, por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia.

Possivelmente as dificuldades de gestão de muitos parques no Brasil, podem ser reflexo dessa criação desordenada e sem critérios ocorridos no início desta prática, contudo cabe salientar, que mesmo com grandes dificuldades são de fundamental importância tais áreas preservadas.

A Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. Estabeleceu-se que elas seriam agrupadas e duas categorias: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Pela definição da Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), as Áreas de Proteção Ambiental – APA's são consideradas Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos

ecossistemas regionais. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental ocupa superfície em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi – APA do Pratigi – é uma Unidade de Conservação localizada no Baixo Sul da Bahia, que foi criada através do Decreto Estadual nº 7.272/1998. Detém uma grande variedade de ecossistemas, nos quais existem muitas espécies endêmicas da região, como a jataípeba (*Brodriguesia santosii*), espécie de valor econômico, anteriormente submetida à intensa exploração por madeireiros. É gerida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia, através da superintendência de Políticas Florestais, Unidades de Conservação e Biodiversidade, e da Diretoria de Unidades de Conservação.

A APA abrange os municípios de Ituberá, Igrapiúna, Ibirapitanga, Nilo Peçanha e Pirai do norte. Originalmente, a APA do Pratigi, possuía cerca de 48.746 ha, e tinha como limites ao norte com o canal do rio dos Patos, ao sul com o canal de Pinaré, a leste o oceano Atlântico e a oeste a BA 001 (SUDETUR/CRA/IDES, 2001).

O Decreto Estadual nº 8.036/2001 alterou a poligonal da APA do Pratigi, a qual passou a abranger os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Pirai do Norte e Ibirapitanga, acrescentando 36.940 ha, passando a ter uma área total de 85.686 ha.

A sua ampliação teve como justificativas a proteção as áreas estuarinas e proteção dos

corpos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Juliana. Este rio, que tem nascente na região da Serra do Papuan, Município de Ibirapitanga, e é alimentado por vários tributários durante todo o seu percurso até chegar a sua foz no Canal do Serinhaém, é um dos responsáveis por manter viva toda a diversidade de espécies vegetais e animais que compõe o complexo estuarino desse canal.

A área focal deste estudo está localizada na região costeira da APA do Pratigi, de administração do Governo do Estado da Bahia, e encontra-se ocupada por extensas faixas de piaçaveira (*Attalea funifera*). A região pertence aos municípios de Nilo Peçanha, ao norte, e Ituberá, ao sul. Constitui-se como uma região litorânea com a presença de restinga, mangue e florestas.

Nilo Peçanha é um município litorâneo situado no Sul do Estado da Bahia, com 385,38 km² de área, fazendo limite com os municípios de Cairú, Taperoá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandú, Pirai do Norte, Ituberá e o Oceano Atlântico. Tem como altitude máxima 20 metros e encontra-se a 289 km da Capital, Salvador.

Em Nilo Peçanha, o valor do *Fundo de Participação dos Municípios* em 2005 foi de 3.386.632,55 reais, e o *ITR – Imposto Territorial Rural* - do mesmo ano foi de 4.232,40 reais. A receita orçamentária realizada pelo município para o ano de 2003 foi de 8.156.442,87 reais. Todas essas cifras apontam para uma carência econômica elevada, mesmo para os padrões estaduais.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Nilo Peçanha apresentou pequeno aumento no *ranking* estadual quando comparado os anos de 2000, passando de 381 a 329 no Estado da Bahia, mesmo apresentando leve aumento em sua categorização. Para o ano de 1991 o índice era de 0,453 categorizados

como baixo. Já para 2000 o índice foi de 0,592, categorizado como médio. No *Ranking* nacional sua posição foi de 4.816 em 2000, dos 5.560 municípios existentes¹.

Além da Piaçava, a região também produz o dendê e côco, ambos em áreas florestadas, atividades que mantêm a maioria dos moradores locais. Poucas famílias possuem terras com matas de piaçava. Em geral, as áreas pertencem a proprietários residentes em outros municípios, donos das maiores florestas de piaçava, e os trabalhadores locais vivem na forma de “meia” (metade da produção fica com o proprietário da terra e outra com o agricultor) com a exploração da piaçava. Existe uma forte separação entre trabalho masculino e feminino – os homens catam e as mulheres beneficiam. A produção é comercializada por atravessadores que distribuem para várias regiões do país, principalmente o sudeste.

Apesar de pouco representativa a pesca e a mariscagem são praticadas por muitos moradores, principalmente para consumo e venda local.

São as seguintes as comunidades quilombolas tradicionais da região:

Boitaraca é uma comunidade remanescente de Quilombos localizada ao norte da área, no município de Nilo Peçanha. Atualmente vivem aproximadamente 20 famílias e segundo informações locais o povoado vem diminuindo com a migração para o estudo e trabalho em

¹ O PNUD Brasil está produzindo o novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Com dados do Censo 2010, o novo Atlas tinha seu lançamento previsto para o primeiro semestre de 2013 e apresentaria o IDH de todos os municípios do país, bem como indicadores de suporte à análise do IDH

outras regiões. A extração da piaçava é a atividade predominante entre as famílias locais, além da pesca em algumas famílias. São representados por uma associação local e estão inseridos em um projeto de formação de cooperativa de piaçaveiros na região. Apesar de possuírem terras de onde tiram suas produções de piaçava, a produção não sustenta todas as famílias o ano todo, e assim compram piaçava em bagaço para beneficiarem localmente. A associação se organiza também para fins políticos, com a reivindicação de programas públicos estaduais e federais de apoio.

Jatimane é um povoado remanescente de quilombolas presente no município de Nilo Peçanha, centro-sul da área de estudos. Atualmente abriga 70 famílias segundo informações locais, que trabalham com piaçava, sendo a maioria delas retiradas em fazendas que não mais as pertencem. Executam quase todas as etapas de beneficiamento da produção, menos a fabricação de vassouras. Algumas famílias plantam e vendem dendê, pescam e possuem pequenos bares. Abriram uma escola municipal de Ensino Fundamental e um posto de saúde com enfermeira. Recebem visitas esporádicas de turistas de passagem para a Praia do Pratigi.

Atualmente é baixa a densidade ocupacional da área, e em geral a população destas comunidades se constitui de famílias

simples com baixo poder aquisitivo, vivendo do trabalho direto com os recursos naturais da área. Alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos nestas comunidades pela Fundação Odebrecht em parceria com a Cooperativa das Produtoras e Produtores da Área de Proteção Ambiental do Pratigi – COOPRAP, com o objetivo de fortalecer a produção de artesanato e comercialização dos produtos da piaçava beneficiados localmente.

É grande a dependência das famílias com as áreas que ocupam, não só em função da consolidação da moradia e atividade econômica, como na dependência das relações sociais e comunitárias estabelecidas localmente. Em geral, todas as famílias vivem de atividades de exploração de recursos naturais da região, o que faz delas ainda mais dependentes localmente.

É neste contexto que se desenvolveu o presente estudo. A escolha da área foi realizada tendo em vista a verificação dos fatores que contribuíram para que na APA do Pratigi, em sua porção costeira, um grande maciço florestal, se mantivesse quase que com o seu tamanho original durante aproximadamente os últimos de 40 (quarenta) anos. Comparando-se as imagens produzidas a partir do mapeamento de 1975 realizado com a Carta Topográfica da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) da área de abrangência da APA do Pratigi com imagens atuais (LANDSAT 7 de 2001, SPOT V, fusão RGB, com 5 metros de resolução espacial, de Julho de 2006 e Rapid EYE de março de 2010 com 5 metros de resolução espacial), fica evidente que ocorreu neste período uma grande perda do maciço florestal em toda região da APA. Entretanto, analisando as mesmas imagens, fica evidente também, que a degradação florestal na região do entorno das comunidades quilombolas de Jatimane e Boitaraca, em comparação as

demais áreas da Unidade, quase que não ocorreu. Formulou-se, então a seguinte hipótese: o fato das comunidades de Jatimane e Boitaraca realizarem o extrativismo da piaçava nativa nesta região contribuiu para a conservação das florestas da parte costeira da APA do Pratigi? Em outras palavras, o presente estudo foi realizado com o objetivo de encontrar subsídios para um estudo sobre etnoconservação da biodiversidade através da atividade extrativista no Baixo Sul da Bahia.

Ao longo dos anos, a utilização dos recursos naturais, inclusive no interior de Unidades de Conservação, tem provocado interferências danosas ao equilíbrio natural, devido à retirada da cobertura do solo e a consequente perda de biodiversidade por processos erosivos. Entretanto, autores como Diegues (1996, 2000), defendem que a existência de comunidades tradicionais realizando, como meio de sobrevivência, o extrativismo desses recursos naturais, contribui para a sua conservação.

Vários trabalhos de pesquisa em todo o mundo destacam a contribuição das comunidades tradicionais para a conservação dos locais onde residem, principalmente em estudo sobre conflitos socioambientais gerados pela criação de Unidades de Conservação. Para Ferreira (2002),

“Dentre as inúmeras contribuições relativas à abordagem do conflito como resultado da invasão/rearranjo social de grupos sociais homogêneos, há uma larga, porém desigual, produção sobre populações humanas em parques, onde geralmente encontra-se um item sobre conflitos sociais, por pura pressão empírica, mas sem conteúdo analítico. Há ainda pesquisas sobre gestão participativa de UCs, como mecanismo preferencial de mediação de conflitos. Vale mencionar pesquisas sobre

conflitos entre a cultura caçara e direito de posse e uso de recursos naturais em parques; ou sobre a oposição entre tradição e modernidade.”

Como em outras UCs, não há estudos nessa direção na APA do Pratigi, e um dos objetivos deste trabalho foi realizar uma confirmação *in loco* do seu grau de conservação, através de imagens aéreas e fotos da fisionomia da paisagem.

Os objetivos secundários foram a verificação da compatibilidade de uso de recursos naturais com atividades econômicas e conservação; a caracterização das comunidades de Jatimane e Boitaraca sob os aspectos socioeconômicos, e de ocupação do território em que se encontram; a verificação da existência de manejo participativo e arranjos produtivos; e o mapeamento do grau de conservação e uso do solo através de imagem de satélite de alta resolução.

A questão das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação

Os processos de implantação de Unidades de Conservação no Brasil historicamente ignoraram a importância das comunidades tradicionais. Como atualmente vivemos uma crise do pensamento, que nos impõe a construção de novos paradigmas que questionem os padrões dominantes e proponham uma nova relação entre o ser humano e a natureza, deve-se valorizar tanto os conhecimentos técnico-científicos, quanto a incorporação de saberes seculares e milenares, para que se estabeleça um novo projeto de sociedade.

Para Leff (2001: pp/188-189),

(...) isso implica a necessidade de desconstruir a racionalidade que fundou e

construiu o mundo, no limite da razão modernizadora que a conduziu a uma crise ambiental, para gerar um novo saber no qual se reinscreve o ser no pensar e se reconfiguram as identidades, mediante um diálogo de saberes (encontro, enfrentamento, entrecruzamento, hibridação, complementação e antagonismo) na dimensão aberta pela complexidade ambiental para o reconhecimento e re-apropriação do mundo.

Desta forma, ganha força a ideia de “etnoconservação”, defendida por diversos autores. Para Diegues (2000, pp. 41-42),

“(...) a valorização do conhecimento e das práticas de manejos dessas populações deveria constituir uma das pilastras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes.

Reconhecer a riqueza do patrimônio cultural e incorporá-lo aos processos de gestão de Unidades de Conservação requer uma mudança de mentalidade administrativa que não vinha sendo a tônica entre os órgãos responsáveis e seus técnicos.

No Brasil, comunidades tradicionais e indígenas vêm encontrando dificuldades para terem reconhecidos seus direitos territoriais. Os conflitos entre gestão de parques e comunidades tradicionais são algo constante, pois, segundo o SNUC, áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Considerando que estas comunidades normalmente já estão povoando estas áreas muito antes da implantação de alguns parques, torna-se uma missão difícil

para elas compreender a razão pela qual devem deixar o local onde toda sua ascendência viveu.

Outro conflito que vale menção refere-se à utilização dos recursos naturais, uma vez que a mesma deve ser executada de maneira a causar mínimo impacto. Contudo muitas famílias vivem dos recursos extraídos das Unidades de Conservação, como no caso da venda de espécies e extração de madeira para construção de residências. A necessidade de controlar esse uso é um conceito que nem sempre é compreendido pelas comunidades. Com isso, surgem discussões de como deve ser o manejo adequado desses recursos e quais locais poderão ser explorados.

Apesar de sugerido por Diegues (1996, 2000) a conservação dos recursos naturais oriundos de atividade extrativista humana (etnoconservação) ainda não foi claramente demonstrada em estudos empíricos. O presente estudo visa contribuir nesse sentido.

PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a realização deste estudo foram realizadas incursões de campo na região da APA do Pratigi entre os anos de 2001 a 2010; experiências acumuladas durante a coordenação do Sub Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Baixo Sul da Bahia; e pesquisa bibliográfica, nos raros trabalhos publicados sobre a biodiversidade desta região, principalmente o Plano de Manejo da APA, que apresenta um importante levantamento de características biológicas e sociais.

Para análise do grau de conservação da área florestada da parte costeira da APA do Pratigi, foi utilizado o seu Plano de Manejo. Este documento, além de conter informações sobre as características da fauna e flora local, também proporcionou uma verificação dos

tipos de uso previstos no seu Zoneamento Econômico Ecológico o qual foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente da Bahia no ano de 2006.

Junto aos órgãos públicos dos municípios, foi realizado em breve levantamento de suas características socioeconômicas. As informações obtidas com a comunidade também foram consideradas durante a verificação da área *in loco*, o que ocorreu através percurso em trilhas por onde as comunidades realizam a retirada da piaçava nativa do campo. Durante a realização desses percursos terrestres, foram feitas fotografias de fisionomias da paisagem em campo que pudessem apresentar o grau de conservação ou não das características da Floresta Atlântica. Para cada imagem foi realizada a verificação da coordenada geográfica, visando obter posteriormente a distribuição das mesmas na área em que foi realizado o levantamento. Outro meio de verificação do grau de conservação da área foi o uso de fotos e imagens aéreas retiradas durante o mês de novembro de 2010. Através destas imagens foi possível verificar o grau de conectividade da área e a existência ou não de clareiras e/ou áreas com adensamento de piaçava. Por fim foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução visando à confirmação dos dados obtidos em campo e detalhamento do tamanho, das possíveis alterações ocorridas e demais informações determinantes do grau de conservação do fragmento.

A metodologia utilizada para a coleta de dados junto às comunidades de Jatimane e Boitaraca foi a entrevista semi-estruturada. A opção por esta ferramenta se deu em virtude desta possibilitar uma ampla coleta de informações e permitir ao entrevistado discorrer sobre o tema questionado, sem se preocupar com condições e respostas pré-fixadas pelo pesquisador (MINAYO, 1992)

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro com questões abertas que nortearam a condução do estudo De acordo com Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada parte de certos questionamentos básicos que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Na condução das entrevistas buscou-se o diálogo circular, em outras palavras, foi permitida ao entrevistado a livre construção de suas respostas, contudo, o entrevistador buscou reconduzir o diálogo para o foco temático da pesquisa (GIL, 1987).

A fim de dinamizar o processo, as entrevistas foram gravadas em áudio, para posterior transcrição, respeitando sempre as opiniões dos informantes e apresentando-as da forma mais fiel possível, conforme Vergara (2006), e Gomes (2007). Posteriormente, iniciou-se a análise dos dados contidos nos depoimentos através de leitura crítica. Foi mantido o anonimato dos entrevistados por questões éticas da pesquisa, sendo sua divulgação autorizada pelos mesmos, desde que garantida essa condição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados obtidos a partir das entrevistas com moradores das comunidades de Jatimane e Boitaraca

As entrevistas realizadas nas comunidades quilombolas de Jatimane e Boitaraca revelaram dados referentes às questões históricas, culturais, econômicas, sociais e da inter-relação destas com o espaço natural.

Durante o levantamento dos dados foram entrevistados moradores das comunidades de Jatimane e de Boitaraca (Figura 1), sendo 50% de cada comunidade. Em relação à atividade de trabalho, 10% dos entrevistados desempenhavam funções ligadas ao artesanato; 50% tinham funções ligadas ao extrativismo (colheita) e 40% ao beneficiamento da piaçava. Ainda entre os entrevistados, 30% tinham idade entre 20 e 30 anos; 60% tinham idade entre 31 e 60 anos e 10% acima de 60 anos de idade. Também vale ressaltar que 70% dos entrevistados eram do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Entre os participantes da entrevistas, estavam os presidentes de associações que, além de



Figura 1 - Entrevistas semi-estruturadas com moradores de Boitaraca e Jatimane.
Foto: Paula Cunha, 2011.

desenvolver atividades de trabalho ligadas ao extrativismo e beneficiamento da piaçava, também tem a função de coordenar as associações de suas comunidades. Desta forma, foram coletadas impressões de públicos variados, o que permitiu uma leitura mais próxima da realidade das comunidades e ao mesmo tempo foi possível perceber que existe um nivelamento das informações entre os moradores. As entrevistas, também revelaram que as comunidades de Boitaraca e Jatimane possuem modos de vida equivalentes. Este fato foi evidenciado a partir da similaridade das respostas.

Histórico de Formação das Comunidades

De acordo com os relatos dos entrevistados, o histórico de existência da comunidade de Boitaraca antecede ao de Jatimane sendo que a primeira foi formada a mais de 120 anos. Ainda segundo os entrevistados, a ocupação em Boitaraca se deu por um único grupo familiar que ao longo dos anos se multiplicou e agregou outros membros, o que resultou na subdivisão das áreas. Posteriormente, parte destes se mudou para a região chamada de Porto Velho, região mais costeira, e só depois se deslocaram mais a cima em busca de uma área mais ampla em que pudessem construir suas moradias, localidade em que hoje se encontra a comunidade de Jatimane.

A Piaçava como Base Econômica

Segundo os relatos, a base econômica das comunidades esta pautada em torno da piaçava, com mais de 70% das famílias desenvolvendo alguma atividade relacionada à mesma. Atividades de geração de renda como pesca, mariscagem e serviços ligados ao turismo também foram



Figura 2 – Preparo de pentes de piaçava na comunidade Jatimane. Foto: Paula Cunha, 2011.

encontradas, entretanto sem grande expressividade.

A distribuição de trabalho entre homens e mulheres é marcante: aos homens cabe a responsabilidade de realizar o extrativismo propriamente dito da piaçava, e envolve a realização da colheita e o transporte para a comunidade; já às mulheres compete à realização do beneficiamento inicial da piaçava, e nesta etapa é realizada a limpeza com separação da fibra da casca (fita). Ainda no processo de beneficiamento, é comum nas comunidades o preparo de pentes de piaçava (Figura 2) para a construção de quiosques e a confecção de artesanatos (Figura 3) da fibra da piaçava. Os pentes são feitos de forma coletiva, envolvendo mão de obra masculina e feminina,

já o artesanato é uma atividade exclusivamente desenvolvida por mulheres.

Dentre as propriedades onde se realiza a extração da piaçava umas áreas pertencem aos próprios moradores da comunidade e outras a proprietários de outras localidades, nestas o extrativismo é feito através do sistema de “meia”, onde a produção é dividida entre o extrator e o proprietário, já o beneficiamento é pago por produção. Nas áreas que pertencem aos próprios moradores a extração é feita pelos próprios donos em sistema de permuta de dias de trabalho e após o beneficiamento a piaçava é vendida a atravessadores, o que torna a lucratividade baixa. Nesse sentido há na comunidade o desejo de não mais depender destes, negociando diretamente



Figura 3 – Peças de artesanato de fibra de piaçava da comunidade de Boitaraca. Foto: Rogério Cunha, 2011.

com os grandes compradores.

A produção do artesanato é entregue a COOPRAP - Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da APA do Pratigi assim, os artesões lucram de acordo com a sua produtividade, no entanto ainda relatam que a renda é baixa e que os valores pagos pelas peças destoam dos pagos pelos compradores à cooperativa.

Grau de Dependência das Famílias com as Áreas.

Pelo o que pôde ser observado, é grande a dependência das famílias com as áreas que ocupam, não só em função da consolidação da moradia e atividade econômica, como na dependência das relações sociais e comunitárias estabelecidas localmente. Em geral, todas as famílias vivem de atividades de exploração de recursos naturais da região, o que faz delas ainda mais dependentes localmente.

Interessante perceber o grau de organização e interdependência também na realização do trabalho uma vez que, segundo relatos de moradores, em sua grande maioria a colheita da piaçava é realizada através de permuta de dias de trabalho. Desta forma, esta é desenvolvida com alternância das propriedades. Importante destacar que desta forma eles se ajudam mutuamente e tornam nulos problemas ligados a questões trabalhistas.

Durante as entrevista ficou claro que existe o entendimento entre os moradores das comunidades de que a floresta deve ser preservada por ser sua principal fonte de renda. Como revelado neste depoimento:

“É algo de muito valor, muitos desejam ter uma área como nos temos aqui, a qual demonstra ser uma riqueza pro mundo. Hoje nós temos em nossas mãos e precisamos saber o que temos valorizar e conservar, se já é conservado

temos que conservar mais ainda”.

Quando questionados a respeito de fatores relacionadas a modificações na área da floresta por práticas de desmatamento e ou plantio de outras culturas, os entrevistados revelaram que o fato de não ter desmatado para plantar a piaçava esta ligado a característica da floresta já possuir a piaçava nativa, revelando também que os animais realizam a dispersão natural da semente da piaçava contribuindo para a manutenção e ampliação das áreas. Isso fica evidente em depoimentos como:

“Não precisa plantar não, a piaçava sempre existiu aí, foi Deus quem plantou, Deus e os bichos da mata, que enterram a coco da piaçava para comer e depois esquecem aí a planta cresce sozinha e se espalha pelas áreas. Então digamos assim o ‘arubu’ ele pega o coco de dendê com o bico e sai voando ai aquele caroço cai lá, ele nasceu lá, foi ele que plantou não foi eu e nem ninguém que plantou não, foi o passarinho que plantou”.

Ainda segundo os entrevistados, não foram plantadas outras culturas pelo fato do solo ser

‘fraco’ arenoso, o que dificultaria o desenvolvimento de outros cultivos.

Mesmo demonstrando a consciência da necessidade de conservar as áreas florestais, percebe-se nos relatos que esta foi construída mais sob a influência da percepção da dependência em relação à mata para a manutenção da oferta de trabalho e geração de renda para comunidade, do que pela preservação em si. Como pode ser confirmado pelo seguinte relato:

“se fosse desmatado, a piaçava não estaria produzindo e traria dificuldade para as pessoas da comunidade, pois a floresta mantém o trabalho dos moradores”.

Dados Obtidos a partir da análise de imagens de satélite, fotos aéreas e terrestres.

a) Imagens de Satélite

Através da interpretação do mapeamento de 1975 realizado com a Carta Topográfica da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi possível verificar a existência na época de grandes fragmentos florestais em toda poligonal da APA do Pratigi (Figura 4). Neste período existiam

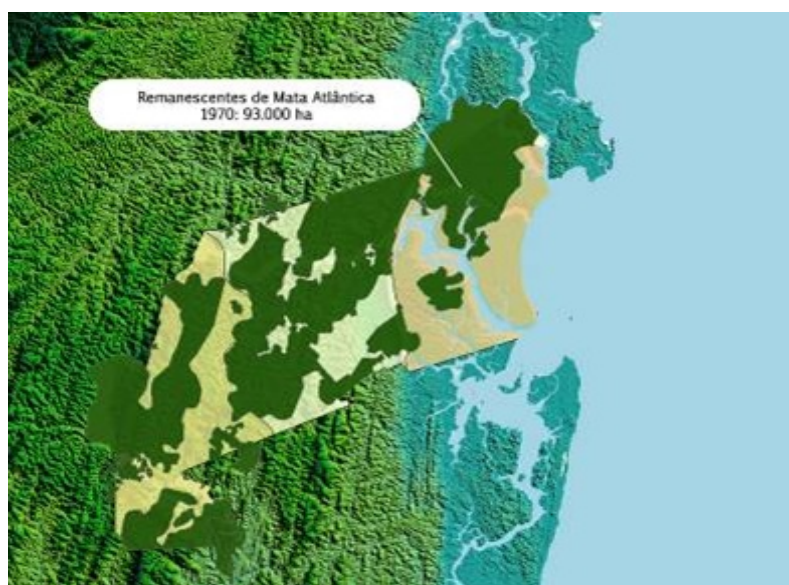


Figura 4 – Fragmentos de floresta em 1975.

Fonte: Dados de carta topográfica da SUDENE (Escaneamento, Georreferenciamento, Interpretação Visual e Vetorização).



Figura 5 – Fragmentos de floresta (2010). Fonte: OCT (Dados obtidos através de interpretação visual e vetorização dos fragmentos florestais).

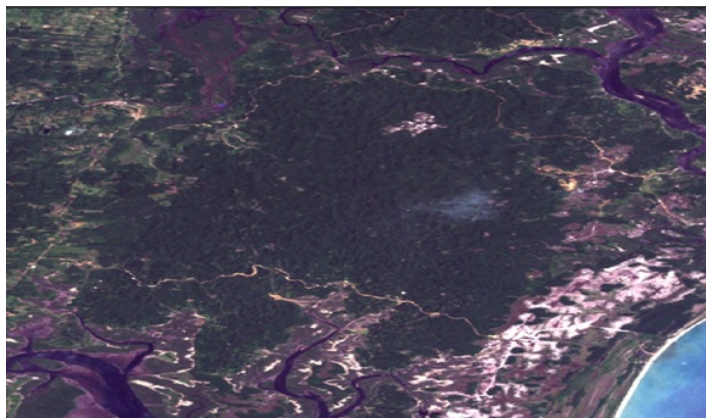


Figura 6 – Imagem de satélite LANDSAT 7: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2001. Fonte: arquivos da OCT.

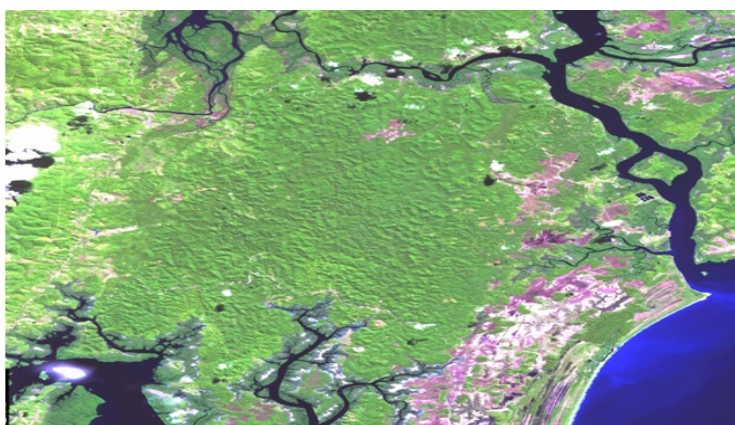


Figura 7 – Imagem de satélite Spot 5: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2006. Fonte: arquivos da OCT.

aproximadamente 93.000 hectares de florestas. Imagens de 2010 da Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia (OCT)

mostram que houve uma perda de mais de 30.000 hectares de floresta nesta mesma região (Figura 5).

Entretanto, é notória a permanência quase que intocada de parte das florestas na porção costeira desta APA. Essa imagem recente demonstra a fragmentação e desconectividade da floresta localizada na área mais ao fundo do continente, e evidencia que na região litorânea um bloco de aproximadamente 16.000 hectares se manteve conservado e de forma contínua.

A partir desta evidência de conservação ocorrida na região costeira da APA do Pratagi, foi realizada uma busca por dados que permitissem verificar se a conservação da área se manteve ao longo dos últimos anos como observado a princípio. Foram utilizadas três imagens de satélite, sendo uma de 2001, outra de 2006 e uma terceira de 2010. Como mecanismo de medida da existência de interferência ou não na área do fragmento costeiro foi realizado o cruzamento das imagens, sendo que a primeira teve como base uma imagem do Satélite LANDSAT 7 de 2001, com 5 metros de resolução espacial (Figura 6), a segunda imagem do Satélite SPOT V, fusão RGB, com 5 metros de resolução espacial, de Julho de 2006 (Figura 7), e a terceira imagem utilizada foi a do Satélite Rapid EYE de março de 2010 com 5 metros de resolução espacial (Figura 8). Atualmente segundo estas imagens o tamanho da área do fragmento das florestas mistas de piaçava é de 15.300 hectares.



Figura 8 – Imagem de satélite Rapid Eye: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2010. Fonte:



Figura 9 – Vista aérea da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi, com a comunidade de Jatimane no canto superior direito.

Foto: Rogério Cunha, 2011.

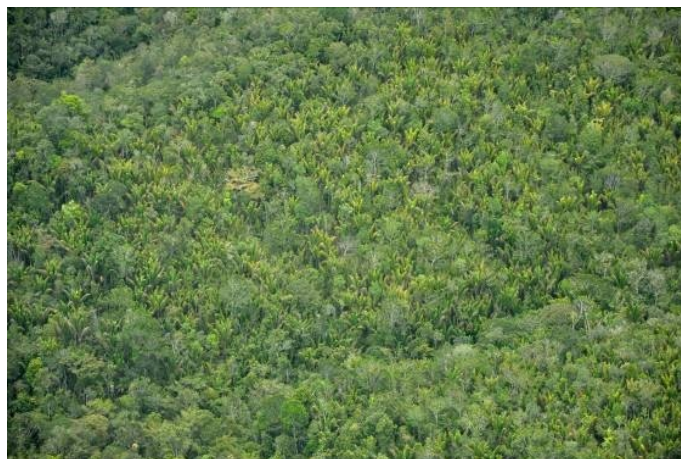


Figura 10 – Vista aérea aproximada da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi. Foto: Rogério Cunha, 2011.

b) Fotos Aéreas

Outro instrumento de registro do grau de conservação do espaço foi realizado através de foto-imagem aéreas colhidas no mês de novembro de 2010 (Figuras 9 e 10).

A Figura 10 ilustra, com aproximação, a presença de grande quantidade de espécimes de piaçava no meio da floresta. Análises terrestres confirmaram que a concentração maior da espécie é encontrada em trechos de maior elevação.

c) Fotos Terrestres

Para a obtenção de fotos terrestres da área do fragmento de floresta mista com piaçava, foram utilizadas como via de acesso as trilhas já existentes e utilizadas pelas comunidades para a locomoção até as áreas de colheita, com o acompanhamento de moradores das duas comunidades. As imagens foram registradas em dezembro de 2010, e seu objetivo é a verificar da condição de conservação da floresta.

Pode-se observar que a floresta encontra-se em bom estado de conservação, apresentando árvores de grande porte como a jataipeba (*Brodriguesia santosii*) (Figura 11), Piaçava (*Attalea funifera*) (Figura 12) Maçaranduba (*Manilkara huberi*) (Figura 13), dentre outras.



Figura 11 – Árvore de Jataipeba em destaque e ao fundo Árvore de Piaçava. Foto: José dos Santos, 2011.

A presença de piaçava em alguns trechos de forma mais adensada (Figura 14) que em outros demonstra que a comunidade realizou transformações na distribuição da espécie na floresta. No entanto, comparado com outros trechos da APA, a integração da atividade extrativista com o equilíbrio da floresta parece mais evidente. Além disso, vale ressaltar que, mesmo adensada por atividade humana, a piaçava é uma espécie nativa da região, e aparentemente bem adaptada e este trecho da floresta, uma vez que não é encontrada em áreas adjacentes se não for artificialmente introduzida.



Figura 12 – Árvore de Piaçava produtiva ao fundo Árvore de grande porte. Foto: Rogério Cunha, 2011.

Ante o cenário de degradação da Floresta Atlântica em todo o Estado da Bahia, esta área, sem dúvida, se destaca como um bom exemplo de conservação, a despeito da sua utilização secular pela comunidade ali presente.

Dados Obtidos a Partir do Estudo de Gabinete

Referente às áreas de floresta com a presença de piaçava nativa, durante análise de informações, o Plano de Manejo da APA do Pratagi apresenta os dados de fauna e flora envolvendo as restingas e a área envolvendo as



Figura 13 – Árvore de Maçaranduba com plantas jovens de Piaçava no entorno.
Foto: Rogério Cunha, 2011.



Figura 14 – Área com interferência por plantio adensado de Piaçava
Foto: Rogério Cunha, 2011

florestas de piaçava, citadas também por outros pesquisadores como restinga de piaçava.

Estudos realizados visando à ampliação da APA do Pratigi registraram na parte costeira e estuarina / manguezais 85 espécies de peixes de 41 famílias, 66 espécies de anfíbios, 63 espécies de répteis (BAHIA, 2006). Entre as espécies encontradas podemos citar o Jararaca-tapete (*Bothrops pirajai*), o qual é endêmico da Bahia. Também foram encontradas 5 espécies de tartarugas marinhas, entre as quais merece destaque a Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), a qual é criticamente ameaçada (*ibid.*).

Ainda evidenciando a riqueza da biodiversidade na APA do Pratigi, também foram registradas 77 espécies de mamíferos de 8 ordens, muitas ameaçadas de extinção como o Macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), Preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), Jupara (*Potos flavus*) e Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), também foram encontradas 270 espécies de aves

de 50 famílias, entre estas foram encontradas várias espécies ameaçadas de extinção, tais como: Mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*), Rabo-branco (*Phaetornis margarettai*), Anambé-de-asa-branca (*Xipholena atropurpurea*), Coroinha (*Carduelis yarelli*), João-baiano (*Synallaxis cinerea*), Rabo-amarelo (*Tripophaga macroura*), Formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmeciza ruficauda*), Macucinho-baiano (*Scytalopus psychopompus*), Choquinha-de-rabo-cintado (*Myrmotherula urostica*) e Rabo-de-palha (*Phaeton aethereus*) (*ibid.*).

Segundo Flesher (2006), as áreas de restinga da APA do Pratigi abrigam ainda espécies de mamíferos de médio e grande porte (Tabela 1), nesta mesma área, uma revisão bibliográfica dos levantamentos biológicos disponíveis até 2006 permitiu somar para a região de Tinharé Boipeba, incluindo Pratigi, 54 espécies de anfíbios (8 endêmicos da Mata Atlântica), 45 répteis (10 endêmicos

e 2 ameaçados), 389 aves (32 endêmicas e 17 ameaçadas) e 71 mamíferos (5 endêmicas e 10 ameaçados) (DRÍADES, 2007a; 2007b).

Mesmo sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA do Pratigi, em seu Plano de Manejo, apresenta um zoneamento ecológico-econômico com ênfase na preservação e uso sustentável dos seus recursos naturais. Nesse zoneamento é possível observar que na parte costeira da APA aproximadamente 33% da área possui objetivo de preservação e conservação, 47% com restrições de uso sustentável, e somente 20% permitem o desenvolvimento das atividades antrópicas controladas. As características ambientais do local e seu grau de conservação e fragilidade foram os fatores determinantes para que o zoneamento tivesse tal viés (BAHIA, 2006).

Tabela 1 – Mamíferos de médio e grande porte existentes na APA do Pratigi. Fonte: Flesher (2006)

MAMÍFEROS DE MÉDIO E GRANDE PORTE DAS RESTINGAS DO PRATIGI	
Espécies	Nome Comum
<i>Dasyopus novemcinctus</i>	Tatu-verdadeiro
<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatu-peba
<i>Cabassous unicinctu</i>	Tatu-rabo-de-mole
<i>Dasyopus septemcinctus</i>	Tatuí
<i>Bradypus torquatus</i>	Preguiça-de-coleira
<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamandua
<i>Didelphis aurita</i>	Sariguê-preto
<i>Didelphis albiventris</i>	Sariguê
<i>Callithrix penicillata</i>	Nico
<i>Cerdocyon thous</i>	Raposa
<i>Nasua nasua</i>	Quati
<i>Procyon cancrivorus</i>	Guaxinim, guara, mão-pelada
<i>Potos flavus</i>	Jupara
<i>Eira barbara</i>	Papamel
<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra
<i>Herpailurus yaguarondi</i>	Gato-mourisco
<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-mamonha
<i>Leopardus wiedii</i>	Gato-maracajá
<i>Puma concolor</i>	Sussuarana
<i>Mazama americana</i>	Veado
<i>Pecari tajacu</i>	Caitetu
<i>Hydrochoerus Hydroch.</i>	Capivara (raro)
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia
<i>Cuniculus paca</i>	Paca
<i>Sciurus aestuans</i>	Papacoco
<i>Coendou insidiosus</i>	Ouriço-amarelo
<i>Chaetomys subspinosus</i>	Ouriço-preto
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Coelho

Sendo o documento que determina as normas de uso e ocupação do solo localizado na poligonal da APA, o Zoneamento Econômico-Ecológico fornece as normas em graus distintos de proteção que devem ser aplicadas na gestão da área a fim de cumprir o seu conteúdo normativo específico (IBAMA, 2001). No caso da floresta de piaçava da APA do Pratigi foi definido uma Zona de Proteção que foi estendida para além deste fragmento, com critérios de uso próprios (Tabela 2), com intuito de preservar seus espaços e proteger seus sistemas naturais e patrimônio cultural existente. Devido ao grande número de espécies encontrado, bem como ao alto grau de preservação das características ecológicas da Floresta Atlântica nesta Zona, optou-se por adotar controle muito rigoroso para manter

ou mesmo expandir a área preservada, com maior conservação da biodiversidade.

CONCLUSÕES

Mesmo com quase sua totalidade de território em Unidades de Conservação, são muito raros os estudos publicados a cerca dos recursos naturais do Baixo Sul da Bahia. Este fato gerou grande dificuldade na construção deste trabalho, mesmo o Plano de Manejo da APA do Pratigi é carente de informações específicas dos ecossistemas existentes nesta unidade.

O mapeamento de 1975 – SUDENE e as imagens de satélite obtidas pela OCT são muito ilustrativas do grau de conservação obtido no fragmento referente à Zona de Proteção da Piaçava na APA

do Pratigi, principalmente no trecho próximo às comunidades de Boitaraca e Jatimane.

A conservação desta área também foi constatada pelas imagens de satélite mais recentes (2001, 2006 e 2010), que comprovam a permanência quase inalterada da área de floresta neste fragmento, em comparação com as demais áreas do entorno que tiveram alta taxa de degradação. A conservação também pode ser confirmada pelas fotografias aéreas e terrestres recolhidas durante este estudo.

Quando comparados os dados obtidos em campo visualmente com os levantamentos realizados pelo Plano de Manejo, constatou-se um elevado grau de preservação de espécies da Floresta Atlântica, a despeito do intenso uso deste fragmento para a extração de

Tabela 2: Critérios de uso previstos no Zoneamento da APA do Pratigi para Zona de Proteção da Piaçava

ZONA DE PROTEÇÃO DA PIAÇAVA - ZP 4			
INDICAÇÕES DE USO			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERMITIDOS	TOLERADOS	PROIBIDOS
Proteger e recuperar os remanescentes de floresta ombrófila, campos de restinga, manguezais, nascentes e córregos. Garantir a sustentabilidade socioeconômica ambiental das atividades extrativistas da piaçava, dendê e de mariscos. Propiciar o estabelecimento de um Corredor Ecológico. Proteger, conservar e manejar adequadamente os recursos histórico-arqueológicos. Incentivar a educação ambiental e o ecoturismo.	Uso extrativista da piaçaveira com técnicas de manejo adequadas. Uso técnico-científico com estrutura de suporte administrativo não superior a 0,02% da área. Atividade turística de baixo impacto. Habitação unifamiliar. Comunitário 1 e 2. Agricultura/pecuária familiar. Manutenção das atividades agrícolas já existentes. Piscicultura e aquicultura de micro porte.	Expansão da agricultura familiar desde que em áreas degradadas e legalmente compatíveis. Implantação de equipamentos turísticos de pequeno porte (pousadas), localizadas em áreas já degradadas. Instalação de infraestrutura de apoio à atividade extrativista da piaçava, piscicultura e aquicultura (galpões, casa sede) em locais já delimitados pelo antropismo e não superior a 0.1% da área. Comércio/serviços de pequeno porte. Indústria de beneficiamento de micro e pequeno porte, dos produtos extrativistas existentes, em locais delimitados. Reflorestamentos com espécies exóticas em áreas degradadas, em até 30 ha, ocupando no máximo 10% da área total da propriedade.	Proibido a supressão da vegetação nativa. Habitação multifamiliar. Comunitário 3. Comércio e Serviços de médio e grande porte. Indústrias a partir de médio porte Mineração. Agricultura/Pecuária Extensiva. Expansão das atividades agrícolas existentes. Atividades turísticas de alto impacto. Empreendimentos turísticos de médio e grande porte. Loteamentos. Piscicultura e aquicultura a partir de pequeno porte. Implantação de novas estradas e rodovias, exceto em caso de serem decretadas como de utilidade pública e aprovada pelo CEPRAM.

piçava. Desta forma, este estudo demonstra um bom exemplo de que a atividade tradicional pode ser aliada da conservação, corroborando o que defendem diversos autores que estudam os conflitos socioambientais decorrentes da criação de Unidades de Conservação em áreas originalmente ocupadas por comunidades tradicionais.

Para Ferreira (2004), o paradigma da criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem vem substituir gradualmente o paradigma de conservação baseado na “exclusão humana” apenas a partir da década de 1980. Isso porque a antiga abordagem naturaliza os sujeitos sociais e restringe o direito daqueles que vivem em área legalmente protegidas, sendo portanto uma política excludente (FERREIRA, 1996, 1999). As comunidades presente na APA do Pratigi são bons exemplos de que esta nova visão não contraria os princípios de conservação da biodiversidade almejados quando da criação de UCs.

Ferreira (1996) relativiza os interesses de grupos sociais pelo uso da floresta e dos ecossistemas a ela associados e aponta que, ao contrário dos anseios dos especialistas em conservação e das ONGs ambientalistas que defendem sua preservação integral, e dos empresários do setor imobiliário, madeireiro, empreiteiras, grupos de sem terra, dentre outros, para os quais as áreas protegidas são impedimento às suas atividades, as coletividades que vivem em seus domínios, como é o caso dos quilombolas da APA Pratigi, apresentam ainda uma economia bastante dependente da floresta, dos mangues, restingas, e outros ecossistemas. Mesmo com essa dependência, e talvez justamente por ser ela o requisito de sua sobrevivência, a conservação da floresta assume caráter prioritário nos hábitos extrativistas dessas comunidades. Para além de uma

“consciência ecológica”, a conservação dos ecossistemas torna-se ato corriqueiro e fundamental para a continuidade de sua sub-existência. De qualquer forma, mesmo por essa via, a necessidade de preservação, requisitada pelos grupos conservacionistas, está razoavelmente garantida.

No âmbito mundial, muitos países, incluindo o Brasil, seguem diretrizes estabelecidas pelo documento intitulado Estratégia Mundial para Conservação da Natureza (UICN, 1984), que desmistifica a pretensa incompatibilidade entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, defendendo que isto seja desenvolvido através da manutenção dos processos ecológicos, da preservação da diversidade biológica e da utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas pelas comunidades que deles necessitam para a sobrevivência.

Desde o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Caracas (janeiro de 1992), estabeleceu-se a importância das populações tradicionais para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, uma vez que ficou reconhecido o papel positivo desempenhado por essas populações na conservação dos ecossistemas, antes de sua transformação em UCs e mesmo após o estabelecimento destas.

Como defende a Estratégia Mundial para a Conservação (UICN, 1993), estas comunidades tradicionais da APA do Pratigi têm um conhecimento detalhado e profundo da floresta com a qual estão em contato, e utilizam métodos extrativistas que garantiram a conservação da mesma até os dias atuais. Essa característica é muito importante quando se busca as contribuições específicas que a criação de áreas protegidas podem

dar no sentido de resolução de problemas que são de interesse tanto para as comunidades quilombolas ali presentes, quanto para a administração desta Unidade de Conservação.

As informações construídas com a participação das comunidades de Jatimane e Boitaraca demonstram uma forte relação destas com a floresta de piçava. Desta forma o conhecimento sobre os ciclos oriundos desta relação, Homem x Floresta, devem ser ampliados com vistas a garantir a manutenção e conservação tanto da floresta como das atividades de trabalho e renda das comunidades.

A realização deste trabalho permitiu uma maior aproximação e diálogo com o Governo do Estado, podendo futuramente, as informações aqui contidas, subsidiar programas e projetos do Estado para criação de uma Reserva Extrativista – RESEX nesta área. Da mesma forma, junto a representantes do empreendimento turístico Fazenda Barra dos Carvalhos, os quais demonstraram disposição para ampliar os estudos em sua propriedade com o objetivo de criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN com mais de 1100 hectares.

REFERÊNCIAS

BAHIA. CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (CRA). **Plano de Manejo da APA do Pratigi**. Salvador, 2000.

BAHIA. SEMARH/SFC/ECOSSISTEMA. **Área de Proteção Ambiental do Pratigi: Plano de Manejo, Zoneamento Ecológico Econômico, Plano de Gestão (Área Ampliada)**. Salvador, 2006.

BRASIL, MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. A lei nº 9.985, 2000. Disponível em (<http://www.ibama.gov.br/emergencias/wp->

<content/files/LEI%20No%209985-00.pdf>), consultado em 06 de março de 2013.

CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. **Mata Atlântica: uma rede pela floresta**. São Paulo: Rede de ONGs da Mata Atlântica, 2006.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação** (Org). São Paulo: Hucitec, 2000.

DRÍADES (Instituto). **Reunião de Planejamento de Pesquisa Biológica e Elaboração de Banco de Dados Biológicos Secundários. Relatório de Consultoria para a Equipe Técnico-científica do MMA para ampliação da Rede de Unidades de Conservação no Sul da Bahia**. Projeto GCF/CI Brasil/Associação Flora Brasil. Fábio C. Falcão & Sofia Campiolo, coord. Instituto Dríades. Ilhéus, 2007a.

DRÍADES (Instituto). **Pesquisas biológicas para fundamentação da criação de novas Unidades de Conservação no Sul da Bahia. Relatório de Consultoria para a Equipe Técnico-científica do MMA para ampliação da Rede de Unidades de Conservação no Sul da Bahia**. Projeto GCF/CI Brasil/Associação Flora Brasil. Fábio C. Falcão & Sofia Campiolo, coord. Instituto Dríades. Ilhéus, 2007b.

FERREIRA, Lúcia C. **A Floresta Intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica**, SP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. Debates Socioambientais. **CEDEC**. Ano 5, no. 13. São Paulo, 1999.

_____. Dimensões humanas da biodiversidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-29, 2004

_____. *et al.* Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**. 8(2): 115-150, 2002.

FLESHER, K.M. **Explaining the biogeography of the medium and large mammals in a humandominated landscape in the Atlantic forest of Bahia, Brazil: Evidence for the role of agroforestry systems as wildlife habitat**. Doctoral thesis, Rutgers University, N.J, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS). **Roteiro Metodológico para a Gestão de Área de Proteção Ambiental (APA)**. Brasília: Ed IBAMA, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio em pesquisa: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1992.

MIRANDA, E.E. de. Campeões de desmatamento. Matéria publicada na **REVISTA SAFRA**, Goiânia - GO, p. 39, 01 fev. 2007.

NEIMAN, Zysman. **Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados**. São Paulo: Ed. Atual-Saraiva, 1989.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Categorias de Unidades de Conservação – Objetivos de Manejo. **Boletim FBCN**, 1978.

SUDETUR/CRA/IDES. Área de Proteção Ambiental do Pratigi: Plano de Manejo, Zoneamento Ecológico-Econômico, Plano de Gestão. Salvador: SEDETUR, 2001. 394 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.

UICN - **Estratégia Mundial para Conservação: A Conservação dos Recursos Vivos para um Desenvolvimento Sustentado**. CESP (trad.), São Paulo, 1984.

UICN - **Parks and progress**. Anais do 4o. Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas. Reino Unido, 1993.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Recebido em: fev/2012
Aprovado em: mar/2013